

Congresso aumenta seus funcionários de carona na MP 296

JORNAL DO BRASIL

29 JUN

BRASILIA — O Senado e a Câmara pegaram ontem uma carona na Medida Provisória 296, rejeitada, que previa aumento diferenciado para os servidores públicos civis e militares, e concederam um aumento de 37,88% para os funcionários do Legislativo, retroativo a maio. A justificativa do presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), é de conceder o mesmo reajuste dado ao Executivo. Na verdade, os servidores do Legislativo tiveram um aumento linear, que atingiu toda a instituição, enquanto o Executivo beneficiou com aumentos diferenciados 800 mil dos cerca de 1,2 milhão de funcionários. "Foi o presidente deles que não aumentou", justificou Pinheiro, lembrando que salário de servidores é competência exclusiva de cada poder da República.

Simultaneamente ao aumento na folha do Legislativo, os parlamentares tomaram uma decisão inédita: não aproveitaram a oportunidade para aumentar seus próprios salários. A iniciativa, na Câmara, de aumentar apenas os funcionários, foi do deputado José Genoíno

(SP), líder do PT. Foi ele quem convenceu os demais líderes de que um aumento agora para os parlamentares não seria entendido pela opinião pública. Os líderes reconheceram que não houve altruísmo na decisão. "A decisão foi tomada pensando na sobrevivência política da instituição", confessou Genoíno.

"Cai de pau" — Os líderes partidários temiam, na verdade, que o governo e os servidores argumentassem que os mesmos parlamentares que recusaram aumento para os servidores do Executivo, legislassem, agora, em causa própria. "Se dêssemos um aumento agora para nós, o Collor iria usar isso no dia seguinte, dizendo que rejeitamos o aumento para os servidores públicos, enquanto aumentamos os nossos próprios salários", comentou Genoíno. "Só vamos ter aumento quando o restante do funcionalismo também tiver", prometeu Ibsen Pinheiro.

O líder do bloco governista, Ricardo Fiúza, também usou a reação da opinião pública e da imprensa para convencer seus liderados da necessidade de ficar de

fora do aumento: "Se não fizermos isso, amanhã a imprensa cai de pau em cima da gente", argumentou, diante de um grupo de deputados do PFL e do PRN inconformados com a decisão.

Senado — A regulamentação dos efeitos da medida provisória foi feita através de decreto legislativo, aprovado também pelo Senado Federal. Com críticas. Vários senadores disseram estar votando favoravelmente para não complicar ainda mais as coisas: "O que a Câmara fez está erradíssimo, mas o que vamos fazer? Vamos devolver?" perguntou um senador do PMDB.

O senador Mauricio Correia (PDT-DF) afirmou que a decisão da Câmara, rejeitando a medida provisória sem substituí-la por um projeto de resolução, "foi um erro sem precedentes". E reclamou: "O que estamos fazendo aqui é remendar uma atitude da Câmara", disse, ao votar favoravelmente ao decreto legislativo. Ele advertia que se o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar inconstitucional a Medida Provisória 296, estará criado um "buraco negro", porque os funcionários teriam que devolver o dinheiro.